

União vai liberar escritura para puxadinhos

Nova lei vai regularizar 112 mil moradias no Espírito Santo, desde que tenham luz, água, esgoto e não estejam em área de risco

Samantha Dias

Donos de imóveis em situação irregular estão próximos de adquirir o “direito de laje”. Isso porque nova lei do governo federal vai liberar escritura para 112 mil puxadinhos no Estado.

O Ministério das Cidades divulgou que a União há tempos desenha esse projeto e vai lançar Medida Provisória (MP) que vai permitir a regularização de imóveis que não possuem o documento.

Na prática, cada morador de uma unidade construída no mesmo terreno, cedido pelo proprietário, terá direito a uma escritura individual.

A expectativa é que o lançamento seja no mês que vem, mas o Ministério das Cidades não confirmou a data.

Com essa nova lei, as famílias vão ter a escritura da casa e um endereço oficial com CEP. Vão ser beneficiados imóveis em áreas urbanas e rurais, que tenham água, rede de esgoto e luz, desde que não estejam em áreas de risco.

O objetivo do governo com essa medida é facilitar o acesso ao crédito e permitir a compra e a venda desses imóveis. A estimativa é que o custo médio da escritura seja de R\$ 100.

No Espírito Santo, segundo mapeamento da Secretaria de Estado

de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), são mais de 112 mil imóveis que estão em situação de inadequação fundiária.

Para o diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-ES), João Roncetti, a medida de fato vai ajudar a aquecer o mercado da construção, principalmente o setor de materiais de construção.

PREFEITURAS

A União vai lançar a MP e as prefeituras terão de dar o aval para que o processo de regularização seja implementado.

A Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente de Cariacica informou que ainda não possui informações para a definição dos critérios para o tipo de regularização imobiliária proposto.

A Prefeitura da Serra disse que vai aguardar a aprovação da medida provisória e que entende que qualquer ação que visa a regularizar imóveis é positiva.

A Prefeitura de Vitória comunicou que aguarda a publicação para se posicionar. Já Vila Velha não retornou o contato da reportagem.

OS NÚMEROS

25 milhões

de imóveis podem ser regularizados no Brasil

R\$ 100

vai custar a escritura, estimam fontes do governo

MELHORIAS



FABIO VICENTINI/AT

Iniciativa ajuda a financiar obras

Em agosto do ano passado, a pedagoga Luana Silva Teixeira, 31 anos, começou a construir ao lado da casa da mãe, Adaria Silva Teixeira, 69, com quem morava. Há sete meses, fez a mudança.

“Minha casa é parede colada

com a da minha mãe. Meu irmão também está construindo na parte de trás, no mesmo terreno”, contou.

Para ela, a Medida Provisória (MP) do governo federal vai ajudar muito.

“Eu já moro na minha casa, mas ela ainda não está acabada. Com essa

regularização, vai facilitar conseguir crédito para compra de material de construção. Quem sabe assim consigo terminar mais rápido”.

Assim que for lançada a MP, Luana disse que vai procurar todas as informações para obter a escritura.

ENTENDA

Prefeituras vão implementar a medida

Regularização

- > **IMÓVEIS QUE FORAM** construídos como puxadinhos dentro de um mesmo terreno e que não possuem escritura vão poder se regularizar.
- > **O GOVERNO** está chamando a ação de “direito de laje”.
- > **SERÁ** lançada uma Medida Provisória (MP) e as prefeituras vão implementar a medida.
- > **A ESTIMATIVA É QUE O** custo médio da escritura seja de R\$ 100.

Imóveis beneficiados

- > **SERÃO BENEFICIADOS** os imóveis que foram construídos no mesmo terreno, cedido pelo dono do local, como unidades imobiliárias autônomas.
- > **NÃO PODEM ESTAR** localizados em áreas de risco e têm de ter água, energia e rede de esgoto, ou seja, uma estrutura mínima.
- > **COM A ESCRITURA**, cada imóvel vai ter endereço e CEP.

Objetivos

- > **OS OBJETIVOS DA MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL** são estimular o mercado habitacional e aumentar o acesso da população ao crédito imobiliário.
- > **ALÉM DISSO, COM** a escritura em mãos, cada unidade poderá ser vendida separadamente no mercado.

Fonte: Pesquisa A Tribuna, Ministério das Cidades e prefeituras consultadas.